

DRd | Desenvolvimento Regional em debate

Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado

REGIÕES METROPOLITANAS DO CEARÁ: DISPERSÃO PRODUTIVA E CONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS

*José Micaelson Lacerda Morais¹
Fernando Cezar de Macedo²*

RESUMO

As últimas décadas do século XX registraram mudanças no paradigma dominante (técnico-econômico-produtivo-social), a partir do desenvolvimento tecnológico integrado (transportes, comunicação, eletrônica), conformando um novo regime de acumulação de capital, marcadamente com dominância financeira. Mudanças que marcam o que há de novidade na criação e expansão das atividades de serviços, permitindo hiper mobilidade ao capital, com implicações importantes na geografia econômica, em diferentes níveis escalares. A diversificação dos serviços com níveis de complexidades cada vez maiores indica seu papel crescente na organização da economia e dos territórios, particularmente no que diz respeito à questão metropolitana. Neste contexto, o artigo analisa os processos de dispersão produtiva e de concentração de serviços no Ceará, a partir da escala metropolitana das regiões de Fortaleza (RMF) e do Cariri (RMC). Concluímos que houve um processo de desconcentração concentrada no Ceará. No período de 2000 a 2010, a RMC apresentou taxa anual de crescimento do PIB maior do que a RMF, mas esta cresceu a taxas maiores que o PIB do estado. Todavia, este movimento do PIB reflete uma dispersão produtiva e uma concentração de serviços, medido em termos de estoque de trabalho. Verificamos uma dispersão produtiva no interior da própria RMF, desta em relação ao estado, e um aumento da participação da RMC em relação ao estado. No caso dos serviços, no que tange aos serviços especializados, constatamos uma polarização de Fortaleza em relação a sua RM, desta em relação ao estado e, especificamente, em relação à RMC.

Palavras-chave: Metropolização. Acumulação de capital. Dispersão produtiva. Especialização de serviços.

¹Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (1993), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba (1997) e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Pós-doutorado no Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico IE/Unicamp (2011). Atualmente é professor associado da Universidade Regional do Cariri (URCA) e desenvolve trabalhos na área de Economia Regional e Urbana. E-mail: micaelson_lacerda@yahoo.com.br

²Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Unicamp. Professor livre-docente da Universidade Estadual de Campinas, na área de política econômica e desenvolvimento regional. Coordena o Grupo de Estudos sobre Transformações Econômicas e Dinâmica Territorial – GETETE. E-mail: fernando.cezar.macedo@gmail.com

METROPOLITAN AREAS CEARÁ: PRODUCTIVE DISPERSION AND SERVICE SPECIALIZATION

ABSTRACT

The last decades of the twentieth century record a change in the dominant paradigm (technical-economic-social-productive), originated in integrated technological development (transport, communications, electronics) that form a new way of capital accumulation with financial dominance. Change to brand what's new in the creation and expansion of service activities through the development of services with high information content that allow capital hypermobility with important implications for economic geography at different scalar levels. The diversification of services with levels of increasing complexity indicates its increasing role in the organization of the economy and the territories, particularly with respect to the question metropolitan. In this context, the article analyze the dispersion of productive process and the service specialization, in Ceará, from the metropolitan scale: metropolitan areas of Fortaleza and Cariri. We conclude that there was a process of deconcentration concentrated in Ceará. In the period 2000-2010, the RMC had an annual growth rate of GDP higher than the RMF, but this has grown bigger than the GDP of the state charges. However, this movement reflects production dispersion and a concentration of services, measured in terms of working stock.

Key Words: Metropolization. Capital accumulation. Productive dispersion. Service specialization.

INTRODUÇÃO

Começamos este artigo com a afirmação de que a urbanização tornou-se um dado fundamental na compreensão da economia, sendo uma resposta territorial às mudanças desta. A interiorização e avanço dela sobre os espaços internos abrem horizontes de geração de capacidade produtiva e criam oportunidades diversas para diferentes frações do capital, ampliando o tecido urbano e diferenciando as economias locais. Todavia, para países periféricos como o Brasil, as grandes transformações tecnológicas e organizacionais aprofundam situações de subdesenvolvimento, através da reprodução de estruturas produtivas heterogêneas e pouco diversificadas, implicando em uma especialização regressiva e na localização ou realocação de plantas de maior conteúdo tecnológico e complexidade nos polos mais dinâmicos dessas economias. Para as áreas menos dinâmicas é direcionada a produção de bens tradicionais abrindo novas frentes de localização, que exigem uma reorganização espacial para dar-lhe suporte. Este artigo, ao abordar os reflexos da (re)organização do sistema produtivo na (re)localização das atividades industriais e de serviços, procura avançar no entendimento das dinâmicas atuais de estruturação dos espaços metropolitanos no Ceará, particularmente no que se refere à dispersão da produção e à concentração de serviços especializados, tomando como referência uma discussão anterior sobre as interações espaciais da rede urbana estadual elaborada pelos autores deste artigo³.

³ Ver Moraes e Macedo (2014).

Os processos de reestruturação territorial ocorreram com especial força na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI nos grandes espaços metropolitanos, cuja morfologia tende a ser regenerada, como um processo dialético de desestruturação e reestruturação com base no novo regime de acumulação do capital. Particularmente, de seu novo modelo de produção-circulação-consumo e da transformação de sua base econômica centrada na oferta de serviços especializados e no capital financeiro, em especial, o que se imbrica no setor imobiliário. O maior grau de desenvolvimento dos serviços avançados constitui uma chave desta tendência, num contínuo indústria-serviços que Castells (2003) caracteriza de complexo econômico informacional. Pierre Veltz (2009), com sua abordagem de economia de arquipélagos, e Saskia Sassen (1998), através da categoria cidades globais, também coincidem em assinalar a expansão do mercado de serviços avançados como responsáveis pelo novo auge metropolitano. Onde estes serviços desenvolveram-se nos últimos anos foram atraídos grandes investimentos, tendo por consequência o processo de remetropolização: uma tendência dialética de centralização (das atividades terciárias) e descentralização (das atividades produtivas) de características mais complexas com relação à metrópole do período fordista. E isso explica o papel das metrópoles nesta fase de acumulação e ajuda a entender a maior centralidade que a cidade de Fortaleza vem adquirindo nos últimos anos.

Por outro lado, são recentes os estudos sobre a contribuição das atividades de serviços para o desenvolvimento econômico e, de forma específica, dos serviços de apoio à produção. Kon (2004) informa que foram apresentadas discussões relevantes a partir da década de 1960, abrindo caminho para a percepção do papel exercido por essas atividades na geração de renda e riqueza. A partir de meados dos anos 1980, o papel e a contribuição dos serviços e seus reflexos sobre a dinâmica das economias é efetivamente reconhecido. No entanto, como destaca Delgado (2005), no final do século XIX, as formas tradicionais de serviços, como transportes, seguros e serviços bancários, já marcavam o tecido econômico das principais cidades e centros industriais das economias ocidentais mais desenvolvidas. Completa a autora:

[...] Ao longo do século XX, o aparecimento das grandes empresas industriais verticalmente integradas, a produção em massa, a generalização dos métodos de organização científica do trabalho fabril, a extensão geográfica dos mercados de factores e de produtos, determinaram um crescimento muito significativo das necessidades em serviços das empresas industriais (DELGADO, 2005, p. 407).

Avançando no tempo, as últimas décadas do século XX registraram mudança no paradigma técnico-econômico-produtivo-social dominante a partir do desenvolvimento tecnológico integrado (transportes, comunicação, eletrônica). Mudança que marca a expansão das atividades de serviços de apoio à produção através do aparecimento daqueles de elevado conteúdo informacional, os quais permitem ao capital uma hipermobilidade que vem alterando a geografia econômica, em diferentes níveis escalares. De forma específica, os novos produtos industriais, sobretudo aqueles baseados em conhecimento, dependem diretamente da oferta de serviços mais sofisticados que passam a localizar-se em áreas específicas, conduzindo ao processo de formação de cadeias globais caracterizadas pela distribuição das atividades produtivas em diferentes pontos do mundo, reforçando o papel daquelas atividades terciárias na integração planetária da produção, da distribuição e do consumo.

Pari passu, destaca-se também a progressiva externalização de determinadas funções terciárias das empresas como estratégia que permite aumentar sua eficiência, diminuir custos e gerar competitividade através da focalização das atividades que constituem o cerne das suas vantagens competitivas⁴. Portanto, a complexidade dos processos de produção de bens e serviços e a necessidade de controle e redução da incerteza, sob um novo regime de acumulação do capital, constituem-se dois dos principais fatores responsáveis pelo o crescimento dos serviços especializados.

O lugar dos serviços na economia mundial na atualidade é primordial pela função de facilitar todas as transações econômicas não apenas fornecendo insumos essenciais para as demais atividades, mas também permitindo inter-relacionamentos para frente e para trás (*forwards and backwards effects*) para o desenvolvimento dos polos de crescimento, ou seja, os serviços são as atividades que mantêm qualquer economia integrada (KON, 1997, p. 488).

Os serviços cumprem, também, papel importante na organização do espaço, pois são elemento fundamental na hierarquização dos centros urbanos, além de condição indispensável para sua articulação. A sua análise empírica, na forma mais tradicional dos estudos sobre rede de cidades, e o tratamento mais usual de classificação dos seus centros componentes têm sua contribuição original em Walter Christaller (1966), com a Teoria dos Lugares Centrais⁵, que estabelece o sentido e a intensidade dos fluxos de uma economia a partir da hierarquia de lugares interdependentes, para os quais a centralização ocorre pela existência de um polo e suas conexões funcionais.

Tomando de empréstimo modelos gravitacionais da física⁶, o referido autor afirma que os fluxos econômicos (bens e serviços) variam diretamente com o tamanho do lugar e inversamente com a distância. Com isso, o ordenamento espacial ocorre de acordo com a dimensão dos centros urbanos, classificados pelo tamanho da população, pela oferta de bens e serviços e nível de complexidade da divisão territorial do trabalho. São decisivas em sua análise as ideias alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo para se compreender a distribuição da oferta de bens e serviços entre diferentes localidades⁷.

A centralidade de um lugar depende diretamente da oferta de bens e serviços que não estão disponíveis em todos os lugares. Portanto, quanto maior a centralidade do produto e dos serviços ofertados, maior será a área de mercado de influência desse centro e maior sua

⁴ “[...] em certos setores manufatureiros que utilizam tecnologia avançada, o trabalho de pesquisa e de desenvolvimento de produtos é fundamental, como também o são outros trabalhos como de planejamento, de estilista, marketing e a rede de distribuição do produto. Na atualidade, cada vez mais estes serviços são terceirizados pelas indústrias, emigrando para o setor Terciário” (KON, 1997, p. 492).

⁵ Uma crítica à Teoria dos Lugares Centrais encontra-se em Corrêa (2006).

⁶ Segundo Clemente e Higachi (2000, p. 95), “a denominação Modelo Gravitacional deve-se à analogia com a Lei da Gravitação Universal, segundo a qual a força de atração entre dois corpos é diretamente proporcional às massas desses corpos e inversamente proporcional ao quadrado da distância que os separa [...] Em Economia Regional e Urbana, a analogia denominada Modelo Gravitacional consiste em: 1. considerar a intensidade dos fluxos entre dois lugares em vez de força de atração; 2. substituir o conceito de massa de corpos por algum indicador de tamanho de lugares”.

⁷ O primeiro alcance diz respeito às distâncias a serem percorridas pelos consumidores até o mercado de uma outra localidade e introduz a importância dos custos de transporte (ou de deslocamento); o segundo diz respeito ao número mínimo de consumidores que justifique o aparecimento de uma dada atividade, determinando assim, o papel fundamental do tamanho populacional para a centralidade de um lugar, e por aproximação, a emergência de economias de aglomeração como fator (indutor e induzido) de diferenciação dos lugares.

importância na rede de cidades. A centralidade de um bem ou serviço, por sua vez, depende de economias de escala, pelo lado da oferta, e, pelo lado da demanda, dos custos de transportes que variam diretamente com a distância e da renda.

A hierarquia de lugares é estabelecida, portanto, a partir da oferta concentrada de certos bens e serviços e pela disponibilidade de outros em diversos pontos do território. Lugares de mais baixa centralidade são aqueles que oferecem bens e serviços que são encontrados em todos os pontos. Os grandes centros, em contrapartida, oferecem produtos e serviços especializados não disponíveis em outros lugares. A rede funcional se estabelece por hierarquia de lugares que gravitam no entorno do polo. Cidades menores, por exemplo, se subordinam a cidades médias que, por sua vez, se subordinam a um grande centro. O conjunto de lugares subordinados a esse centro representa sua região complementar que será tanto maior quanto maior for sua centralidade, tendo a metrópole como expressão máxima desta centralidade. Como a oferta de bens depende de um conjunto de serviços (comércio atacadista, comércio varejista, centros de distribuição, transporte, armazenagem, comunicação, representantes comerciais, mercado financeiro, serviços especializados etc), as atividades terciárias assumem papel preponderante na centralidade urbana muito mais do que a produção dos bens em si, embora esta aumente aquelas.

Posto isto, o objeto de estudo deste artigo é a rede urbana cearense, com particular destaque para o papel de suas duas regiões metropolitanas na organização socioespacial do estado, através das atividades produtivas e de serviços.

O artigo encontra-se dividido em mais quatro seções. A segunda trata do papel dos serviços no processo de acumulação de capital. A seguinte do papel das metrópoles no novo regime de acumulação com dominância financeira. Destaca-se nos subitens da seção, a origem e criação das duas regiões metropolitanas cearenses – a de Fortaleza e a do Cariri que apresentam origens diferentes: a primeira, decorre da existência do fato metropolitano; a segunda, por institucionalização legal por parte do governo do estado. A quarta seção que discorre sobre espacialização dos serviços de apoio à produção está subdividida em três subitens: regiões metropolitanas e “desconcentração concentrada”; dispersão das atividades produtivas no Ceará; e a espacialização dos serviços de apoio à produção nas regiões metropolitanas do estado.

O PAPEL DOS SERVIÇOS NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

As mudanças pelas quais passaram as economias desenvolvidas na década de 1970, as quais implicaram em processos de reestruturação e realocação produtiva em vários setores e nações, através da intensificação do progresso tecnológico e mudanças organizacionais (empresas e governos), e que modificaram significativamente o papel do trabalho (divisão social do trabalho, níveis de organização e qualificação), fizeram surgir uma literatura que deu novas interpretações à relação serviços e desenvolvimento⁸. Para tanto, houve a necessidade de formulação de novos conceitos, renovação das classificações e de novas teorias que procuraram explicar a importância que ganhava os serviços na alavancagem do crescimento

⁸ O fato de se reconhecer a crescente importância dos serviços não significa que se está aceitando a existência de uma economia de serviços. Sobre este tema, ver Walker (1985).

econômico. Com isso, a tradicional classificação da economia em setor primário, secundário e terciário, fruto das contribuições de Clark e Fisher, nas décadas de 1930 e 1940 como descreve Kon (2004), tornara-se insuficiente para o entendimento da dinâmica econômica. Para Santos (2005, p. 78), “[...] a contabilidade econômica que trata como um dado homogêneo o que é cada vez mais heterogêneo é, assim, incapaz de ajudar a reconhecer o movimento real da sociedade e da economia [...]”.

A diversificação dos serviços com níveis de complexidades cada vez maiores, por sua vez, indica seu papel crescente na organização da economia e dos territórios, sepultando qualquer possibilidade de classificá-los de forma reducionista simplesmente a partir da noção de resíduo (aquilo que não seria nem agricultura, nem indústria comporia os serviços).

Em nossos dias a definição do terciário não se limita àquelas duas áreas tradicionais, a saber: resposta às necessidades dos indivíduos, isolados ou em grupo, e atividades de intercâmbio, indispensáveis à circulação de pessoas, produtos e ideias. O terciário, hoje, permeia outras instâncias (primário e secundário) cuja definição tradicional esmigalha e, sob formas particulares em cada caso, constitui o elemento explicativo da possibilidade de existência com êxito de inúmeras atividades, sobretudo daquelas mais importantes. Referimo-nos, em particular, às atividades terciárias que precedem a produção material propriamente dita e sem as quais ela não pode realizar-se eficazmente (SANTOS, 2005, p. 80).

Ainda na década de 1970, a corrente neoindustrial que dominou o debate sobre o papel econômico dos serviços e as perspectivas de crescimento do setor abriu a linha das teorias de explicação que integram o crescimento dos serviços na transformação do sistema produtivo. Conforme destaca Delgado (2005, p. 405):

Estamos perante duas modificações – maior complexidade da organização da produção e crescente diversidade e diferenciação dos bens e serviços – com consequências importantes ao nível da expansão dos serviços: crescimento das necessidades de serviços de apoio à produção, à distribuição e ao consumo e reforço da complementaridade entre bens e serviços.

Partindo-se da constatação de que o progresso tecnológico, em particular na área da informação, teve impactos significativos na criação e diversificação das atividades de serviços, argumenta-se que os investimentos crescentes no setor estão relacionados a alguns fatores. De um lado, nesse novo regime de acumulação de capital com dominância financeira, o aumento da produtividade e da capacidade de inovação das empresas está estreitamente relacionado aos investimentos em serviços. Como as novas tecnologias são introduzidas rapidamente em serviços estratégicos desta nova fase (financeiros, comunicação, transportes etc), passa a ser crescente a dependência da indústria manufatureira e das modernas atividades agropecuárias em relação ao terciário. Como afirma Kon (1997, p. 488) “[...] a internacionalização da atividade econômica é baseada na difusão do comércio exterior dos assim chamados Serviços Auxiliares às Empresas, que são, entre outras características, principalmente intensivos em conhecimento e em informação”. De outro, está o crescente nível de urbanização e de integração produtiva e financeira atingidos na atualidade. Essas constatações apontam para o papel relevante dos serviços através de suas repercussões micro e macroeconômica, em nível nacional e internacional, o que torna a provisão adequada deles um elemento crucial na dinâmica do processo de crescimento econômico⁹ e da reconfiguração

⁹ Para uma visão geral das teorias sobre o crescimento dos serviços, ver Kon (1997).

dos lugares. Em especial na generalização do urbano e numa nova dinâmica metropolitana: de extensão indefinida, marcada pela multicentralidade, desagregação e polarização crescente.

Os critérios que permitem traçar a fronteira entre os serviços e as demais atividades referem-se: 1) à imaterialidade dos *outputs* das atividades de serviços que não são suscetíveis de armazenamento, transporte e posse¹⁰, mas incidem sobre realidades tangíveis transformando e modificando essas realidades através de efeitos materiais e duráveis; e 2) ao processo de produção que exige proximidade (que não significa necessariamente a presença simultânea no mesmo local), ou ainda, a participação conjunta entre produtor e utilizador; e 3) ao objeto de transformação da atividade de serviços (*input*) que não pode ser dissociado de seu resultado (*output*), “[...] na medida em que o resultado da actividade produtiva se traduz numa mudança de qualidade ou da condição do *input* e não numa nova entidade susceptível de ser autonomamente transacionada [...]” (DELGADO, 2005, p. 398).

Todavia, não é preocupação deste artigo realizar uma discussão sobre a evolução da classificação das atividades dos serviços, mas sim especificar aqueles relacionados às empresas, de forma que se possa operacionalizar uma análise para o tema aqui tratado. Ainda, nos anos 1970, foi proposta uma classificação em três grupos de serviços (tradicionais, novos e complementares à indústria¹¹), posteriormente desenvolvida considerando os critérios de função dos serviços na economia e a natureza do utilizador. Conforme destaca Delgado (2005), a classificação mais aceita utiliza a natureza do consumidor do serviço distinguindo os serviços à população (orientados para a procura final), dos serviços à produção (nos quais o resultado dos serviços é consumido como um *input* do processo produtivo¹²). Destaca-se que os serviços ligados à produção possuem papel diferenciado dos destinados à população na dinâmica do crescimento econômico e apresentam comportamento espacial também distinto, em especial sua maior concentração. Complementa a referida autora:

Mais recentemente, os autores têm distinguido, no universo dos serviços às empresas, os serviços avançados dos serviços banais. Os primeiros integram actividades complexas, intensivas em conhecimento, de que são exemplo os serviços de engenharia relacionados com as novas tecnologias de informação, comunicação e automação, os serviços de gestão de recursos humanos, consultoria estratégica e os serviços jurídicos especializados [...] o conceito de serviços banais refere o conjunto de actividades de serviços à produção que envolvem essencialmente uma prestação material: vigilância, limpeza, dactilografia, reprodução de documentos, restauração e transporte. (DELGADO, 2005, p. 401-402)

Os fatores explicativos sobre o crescimento e importância dos serviços sobre o desempenho das economias podem ser sintetizados, embora isso não reproduza toda a amplitude do debate, em duas correntes principais: a corrente pós-industrial¹³ e a corrente

¹⁰ Transporte e armazenamento podem ocorrer relativamente a determinados tipos de bens (a energia elétrica não é armazenável, mas é transportável) ou inversamente (a construção de uma base de dados, um filme, por exemplo, podem ser armazenados e os serviços de informação eletrônica podem ser transportados).

¹¹ Os serviços tradicionais relacionados a serviços domésticos e pessoais, os serviços novos a educação, cultura e lazer, hotéis, restaurantes etc, e os serviços complementares à indústria, financeiros, transportes, comércio.

¹² “[...] Trata-se de actividades de serviços ligadas à concepção dos produtos e processos de produção (I&D, design, serviços de engenharia, etc.), à gestão da firma (planejamento, financiamento, seguros, assistência jurídica, tratamento da informação, etc), ao processo de produção (controlo de qualidade, manutenção, serviços técnicos) e à distribuição, promoção e desenvolvimento das vendas (transporte, comércio por grosso, distribuição, *marketing*, publicidade, etc).” (DELGADO, 2005, p. 401)

¹³ Como alguns dos autores representativos dessa linha de pensamento estão Fischer (1939), Bell (1973), Nusbaumer (1984), Marshall e Wood (1995).

neointustrial¹⁴, já citada anteriormente. Para a primeira, a evolução estrutural das economias corresponde à passagem por uma sucessão de estágios e o crescimento dos serviços corresponderia a um estágio superior de desenvolvimento das sociedades, no qual se observa um decréscimo do peso relativo do setor secundário na estrutura do emprego e um crescimento do setor terciário, ou seja, há uma modificação na estrutura do emprego por setores de atividades e por profissões. A segunda corrente reconhece o papel preponderante da indústria no crescimento econômico, a qual determina a capacidade competitiva das economias e imprime o crescimento e a dinâmica do terciário. Essa corrente apesar de enfatizar que o motor do crescimento das economias continua sendo a indústria, destaca a interdependência entre o crescimento industrial e o crescimento do setor de serviços.

As duas abordagens permitem reconhecer o papel estratégico dos serviços de apoio à atividade econômica na dinâmica de desenvolvimento sob uma perspectiva multiescalar, seja pela contribuição para o crescimento da produtividade, seja como elemento de mudanças das práticas organizacionais e de difusão de novas tecnologias, seja ainda como um elemento fundamental na estruturação do espaço intra e interurbano e no processo de reprodução da força de trabalho nas cidades. Do ponto de vista da localização das atividades de serviços de apoio à atividade econômica, apesar da sua concentração nas grandes áreas metropolitanas, sobretudo dos serviços avançados (pela necessidade de acesso a infraestrutura de transportes e comunicação desenvolvidos, mão de obra qualificada e oferta diversificada e especializada de outros serviços intermediários), existe uma tendência a descentralização de algumas dessas atividades para centros urbanos de caráter regional e local. Isto ocorre, sobretudo, nos serviços mais tradicionais, como os de transporte, armazenagem e atividades financeiras menos sofisticadas. Cabe advertir que este processo se apresenta complexo, pois esta descentralização está relacionada com o poder de atração dos centros de caráter regional e local, o que por sua vez está associado com a sua forma de inserção nas economias regional, nacional e global.

No entanto, é preciso examinar a tendência de desconcentração de serviços com certa cautela, já que fatores como a evolução tecnológica, as novas formas de organização das empresas de serviços e os requisitos de localização deles são elementos que tendem a acentuar sua concentração em áreas metropolitanas do topo da hierarquia urbana. Embora aqueles mais ligados à circulação de mercadorias e ao adensamento urbano tendam, com mais frequência, a se distribuir espacialmente seguindo a desconcentração produtiva das atividades agropecuárias e industriais, há aqueles que surgem e se expandem, com o crescimento demográfico e o avanço da urbanização.

Em termos de ocupação, as condições específicas de composição da estrutura ocupacional são resultados das estruturas produtivas e a ocupação do setor de serviços tende a crescer, em termos qualitativos e quantitativos, à medida que o processo de industrialização se intensifica e que aumenta o nível de renda da economia e o grau de urbanização. No entanto, como salienta Kon (1997, p. 505):

Embora muitos países em desenvolvimento tenham mais do que 50% de sua população economicamente ativa em atividades de serviços, o papel positivo dos serviços no processo de desenvolvimento ainda é discutido. Alguns pesquisadores acreditam que apenas se forem abertas oportunidades de emprego nos setores

¹⁴ São autores representativos dessa abordagem: Baumol (1967), Bacon e Eltis (1976), Gershuny (1978), Gershuny e Miles (1983).

modernos e os salários médios se elevarem, à medida que a renda cresce o mercado interno é encorajado, novas atividades modernas de serviços serão introduzidas internamente, o que dará início à criação das interrelações usufruídas pelas economias das nações desenvolvidas.

Todavia, é importante destacar que há certo grau de arbitrariedade na definição de emprego em serviços, a partir da atividade principal do empregador, devido ao fato de que uma considerável parte das atividades de prestação de serviços é desenvolvida na própria manufatura. Isso, por sua vez, implica que estas atividades não são contabilizadas nas estatísticas de serviços. De qualquer forma, como destaca Santos (2005, p. 81), em termos espaciais, “cada nível qualitativo e quantitativo da atividade ‘terciária’ corresponde a uma forma particular da divisão do trabalho internacional e interna a cada país.” E, como complementa Lefebvre (2001), industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social, representam aspectos de um mesmo processo. Tal processo é constituído pelo padrão de acumulação de capital em cada momento histórico específico. Portanto, na fase atual, a construção ou reconstrução do espaço, a requalificação e hierarquização dos espaços metropolitanos se dão com um crescente conteúdo de ciência, de técnica e de informação.

O PAPEL DAS METRÓPOLES NO NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA

Uma nova espacialidade muito mais complexa caracterizada por novas formas de concentração urbana e novos padrões espaciais, que articula diferentes escalas, polarizações e centralidades, marca a urbanização na passagem do século XX. Nessa nova configuração urbana, caracterizada por generalizado processo de urbanização, emergem novas formas de concentração-desconcentração econômica e de homogeneização-diferenciação espacial, derivadas do processo de difusão da modernização econômica em escala mundial.

Para Alessandri Carlos (2011, p. 62), estamos vivendo uma “virada espacial”. Momento que se caracteriza pela importância da compreensão do espaço e da sua produção no desenvolvimento do mundo moderno. Acrescentamos que essa “virada” representa uma nova forma de reprodução do capital sob o regime de dominância financeira, sempre a partir de uma perspectiva combinada e desigual, que encontra no mercado imobiliário e no terciário avançado uma importante fronteira de expansão.

Parte-se do pressuposto de que as cidades, particularmente as grandes metrópoles, constituem os nós de redes (sistema urbano), através dos quais é possível observar os reflexos do avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes do novo padrão de acumulação de capital. Nas cidades são estabelecidas as relações de controle e comando entre centros urbanos, a partir das políticas públicas e da iniciativa privada que vão definindo e redefinindo a especialização produtiva, a divisão funcional de atividades e a oferta diferencial de serviços.

A metrópole é uma forma histórica de organização do espaço geográfico e representa o maior nível de adensamento populacional existente na superfície terrestre. Entre suas marcantes características, destacam-se: 1) amorfas na forma; 2) maciças no escopo; 3)

hierárquicas em sua escala de organização espacial¹⁵; 4) receptoras e aceleradoras de inúmeros fluxos (econômico-produtivo-financeiro) e importantes nas alterações das interações espaciais locais e globais; e 5) de múltiplas centralidades e de progressiva polarização social.

As metrópoles atuais, conforme explica Veltz (2009, p. 160), “[...] são sistemas extremamente abertos, nós de cruzamento e pontos de comutação de inúmeros fluxos, de inúmeras redes de produção e de troca [...]”. Sistemas contemporâneos de uma economia que é antes de tudo de velocidade (redução de ciclos de todo o tipo) e de incerteza (concorrência que se globaliza e a contradição ultrafluída entre a finança e a economia real). Nestes sistemas as metrópoles funcionam como os aceleradores dos fluxos e ritmos, através de novas configurações logísticas, estruturações de atividades e estratégias de localização, que são resultados da ação de atores sociais concretos, capazes de organizar e controlar fluxos econômicos e de dar forma política à materialização deles. Na contemporaneidade, a dimensão territorial configura-se, assim, em um dos vetores privilegiados da acumulação de capital e representa o elemento que permite ao capitalismo se metamorfosear, continuar se expandindo e superar os limites atingidos no último quartel do século XX.

Mesmo nos países periféricos, torna-se possível apontar transformações importantes da rede urbana na passagem da etapa da industrialização fordista (ao longo do século XX) para a acumulação flexível (a partir do último quarto do século XX). A rede urbana estruturada no primeiro período caracterizava-se também pela primazia da metrópole, situada no topo da hierarquia urbana, apresentando elevada concentração populacional, presença de indústrias modernas, comércio diversificado, serviços especializados e boas condições de infraestrutura, especialmente aquelas demandadas pelo desenvolvimento industrial. A partir das últimas décadas do século XX, são observadas mudanças na organização física, funcional e espacial das metrópoles (DAVANZO *et al*, 2011), como as acima referidas.

Paralelamente à dispersão das atividades produtivas, o ramo de prestação de serviços para empresas e do capital financeiro-imobiliário ganha dimensão nova e importante peso econômico, requerendo localização aglomerada nas grandes cidades. Há, portanto, um reforço do papel centralizador das metrópoles, onde se concentram novas funções, mas agora se caracterizando por certo grau de pluricentralidade e dispersão produtiva. Dessa forma, a essência da metrópole contemporânea está no fato de ser um sistema, um tipo urbano pluriarticulado, um *locus* de serviço global dirigido ao desenvolvimento do grande capital. No subitem seguinte apresenta-se a formação das duas regiões metropolitanas cearenses.

Todavia, há que se destacar que existe no Brasil uma contradição evidente na questão metropolitana potencializada pelo novo federalismo nascido com a Constituição Federal de 1988 (CF/88). Num quadro de avanço do processo socioespacial de metropolização, enquanto a CF/88 institucionaliza a metropolização, observa-se, ao longo do tempo, a fragmentação da gestão metropolitana e o relativo abandono da questão na agenda política nacional. Soma-se a este quadro “[...] a falta de meios e recursos necessários para a efetiva implementação das RMs, associada ao fortalecimento relativo dos governos municipais [...]” (COMUNICADOS..., 2011, p. 18), que tem aumentado a concorrência nas relações intergovernamentais em detrimento da cooperação. Presenciamos, pois, o distanciamento do processo socioespacial da metropolização efetiva da metropolização institucional, refletidos nos condicionantes institucionais do federalismo brasileiro. A RMC é instituída neste

¹⁵ Estas três primeiras características são de autoria de Gottdiener (2010).

contexto. Portanto, apesar da crescente polaridade que está vem constituindo no interior do estado do Ceará há muito o que se ponderar sobre a sua constituição metropolitana e as suas possibilidades de uma efetiva gestão, como será considerado no item 3.1.2.

O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO NO CEARÁ

As primeiras nove Regiões Metropolitanas (RMs) do país foram criadas pela União, entre 1973 e 1974, a partir da competência que lhe foi conferida pela Constituição de 1967. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, mais precisamente em seu art.25, § 3º, foi facultada aos estados a competência de “instituir, mediante lei complementar, Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988). Por consequência, compor modelos institucionais para gestão desses espaços.

Formação da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF

Segundo Gonçalves (2011), Fortaleza é uma cidade que tem crescido nas últimas décadas de maneira bastante acelerada, despontando no cenário nacional como 5ª maior do país. Crescimento este que tem gerado uma nova dinâmica tanto em sua Região Metropolitana como em todo o Ceará.

No que tange à oficialização, a Região Metropolitana de Fortaleza foi instituída e definida por meio da legalidade (Lei Complementar nº 14/73). Em relação à realidade socioespacial, vale ressaltar que sua institucionalização deu-se antes mesmo do processo de metropolização. A Região Metropolitana do Fortaleza foi formada inicialmente por apenas cinco cidades: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Posteriormente, em 1983, Maracanaú, também por lei federal, passou a fazer parte da RMF. Passados alguns anos, mais precisamente em 1987, foi adicionado mais um município, Eusébio. No ano de 1992, Itaitinga e Guaiuba. Ademais, a partir de 1999, mais quatro cidades passaram a integrar a região metropolitana: Chorozinho, Pacajus, Horizonte e São Gonçalo do Amarante. E, por fim, mais recentemente, em 2009, o governo estadual incluiu outras duas cidades à RMF: Pindoretama e Cascavel.

Posto isso, pode-se então dizer que a RMF constitui-se por um conjunto de quinze municípios, o que torna possível a formação de um importante aglomerado demográfico, o qual possui forte expressão política, econômica e social, mas que apresenta temporalidades diferenciadas, bem como territórios distintos. Concomitante ao nível de integração, tal conjunto revela linhas de força que agregam ou segregam espaços no interior da RMF e desta com as demais áreas do Estado.

Em sua dinâmica espacial, a RMF é integrada por um corredor industrial de formação recente localizado ao sul, ao longo da BR-116, entre os municípios de Horizonte e Pacajus,

além de um aglomerado industrial concentrado no município de Maracanaú, município este que já se apresenta unificado à Fortaleza.

No ponto oeste, seguindo a linha do litoral, encontra-se o Complexo Portuário do Pecém entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, promovendo fortes transformações espaciais, atraindo indústrias de maior porte. Tem como objetivo viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais integradas, imprescindíveis ao desenvolvimento de um complexo com características de Porto Industrial.

Nas últimas duas décadas, o processo de reestruturação econômica tem implicado a redistribuição do setor industrial de Fortaleza para os espaços periféricos da RM. Processo que tem como protagonistas a política estadual de atração de investimentos e a criação de um complexo industrial portuário como mencionado acima. No que se refere ao setor terciário, Pequeno (2008, p. 73), observa sua expansão e fragmentação em subcentralidades que emergem nas áreas de maior crescimento urbano.

Ainda, de acordo com Pequeno (2008), nas últimas décadas grandes infraestruturas têm sido implementadas no espaço metropolitano, sem que tenha havido qualquer processo de planejamento que considere a região em sua totalidade, prevalecendo ações setoriais e estratégias municipais de atração de investimentos.

Formação da Região Metropolitana do Cariri – RMC

Nascimento et al (2012), afirma que o ato da criação de uma Região Metropolitana no interior cearense representa o reconhecimento da importância do Cariri no âmbito estadual. A RMC tem como fundamento a conurbação entre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Ela foi instituída pela Lei complementar estadual 78/2009, e está localizada no Sul do estado, sendo composta por nove municípios: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Caririçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Conforme o Censo do IBGE (2010), a região compreende uma área de 5.026 Km², com população de 564.478 mil habitantes.

Em termos econômicos, pode-se dizer que Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato são as principais cidades da RMC, também denominados de centros secundários no estado do Ceará, concentrando maior parte da população e dos melhores indicadores socioeconômicos regionais, haja vista que os mesmos agregam economias de polo industrial, comercial e de serviços. A importância socioeconômica dos demais municípios é muito reduzida, o que configura um quadro de grande disparidade em sua conformação

O principal aspecto considerado na criação da RMC, conforme lei que a instituiu, foi a necessidade instigante de redução das desigualdades regionais no estado do Ceará através de investimentos estruturais e financeiros para a promoção do desenvolvimento dos municípios do interior do Ceará.

A Região Metropolitana do Cariri, de acordo com o artigo 2º da lei que a instituiu, consiste em “[...] uma unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, a qual tem sua ampliação condicionada ao atendimento dos requisitos básicos, verificados entre o âmbito

metropolitano e sua área de influência” (CEARÁ... 2009). Estes requisitos básicos são de acordo com a própria lei: 1) evidência ou tendência de conurbação; 2) necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; 3) existência de relação de integração de natureza socioeconômica ou de serviços.

As funções públicas de interesse comum previstas na lei referem-se aos pressupostos que seguem: 1) planejamento, a nível global ou setorial de questões territoriais, ambientais, econômicas, culturais, sociais e institucionais; 2) execução de obras e implantação, operação e manutenção de serviços públicos; 3) supervisão, controle e avaliação da eficácia da ação pública metropolitana.

A estrutura administrativa da RMC, de acordo com os artigos 5º e 6º, é formada pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração da região Metropolitana do Cariri (CRMC), o qual pretende adequar e administrar os interesses metropolitanos, com o apoio dos agentes responsáveis pela execução das funções públicas de interesse comum, que será regulado segundo a lei de sua criação, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo. Compete-lhe a seguintes funções: aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Metropolitano (PDDM), da RMC e todos os demais planos, programas e projetos indispensáveis à execução das funções públicas de interesse comum metropolitano; definir as atividades, empreendimentos e serviços admitidos como funções de interesse comum metropolitano; criar Câmaras Técnicas Setoriais, estabelecendo suas atribuições e competências; e por último elaborar seu regimento interno.

A lei vigente para a criação RMC assegura que o Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri (CRMC) será composto pelos titulares da Secretaria das Cidades, que o presidirá, Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA), Secretaria do Turismo (SETUR), Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CEDE), Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará (CONPAM), e pelos Prefeitos dos Municípios que integram a Região Metropolitana do Cariri (CEARÁ... 2009).

O suporte financeiro da RMC, de acordo com o artigo 7º, é constituído pelo Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri (FDMC), vinculado à Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, mediante financiamento sob a forma de empréstimos, para execução de atividades da RMC, a qual compreende:

[...] I - atividades de planejamento de desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri - RMC; II - gestão de negócios relativos à Região Metropolitana do Cariri - RMC; III - execução de funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano; IV - execução e operação de serviços urbanos de interesse metropolitano; V - execução e manutenção de obras e serviços de interesse da Região Metropolitana do Cariri - RMC; e VI - elaboração de planos e projetos de interesse metropolitano. (CEARÁ... 2009)

Ao se tratar de projetos da RMC, destaca-se, o Programa Secretaria das Cidades, o qual busca o desenvolvimento de polos regionais, visando a fortalecer regiões e cidades com capacidade de absorver o crescimento urbano e, simultaneamente, proporcionar o desenvolvimento socioeconômico. Para uma melhor compreensão dos objetivos estratégicos do Programa Secretária das Cidades, deve-se então destacar:

[...] a Secretaria das Cidades pretende fortalecer o Cariri Central, transformando-o numa região capaz de dividir com a capital a atração de população, equipamentos, atividades bens e serviços, tendo como objetivos específicos: promover o desenvolvimento econômico; melhorar a infraestrutura urbana; e ampliar a capacidade de gestão regional do Cariri Central, que compreende os municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri (PROJETO CIDADES DO CEARÁ, 2008).

O projeto em questão compreende ainda o fortalecimento da estrutura urbana e da base econômica da região do Cariri para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Desta feita, destacam-se os projetos e as obras pertinentes às seguintes linhas de atuação: equipamentos públicos de interesse turístico e regional; proteção ambiental e/ou recuperação de áreas degradadas; reabilitação e estruturação de espaços urbanos/áreas centrais; obras de acessibilidade e infraestrutura viária; demais projetos e obras estruturantes de apoio ao desenvolvimento econômico pretendido, a partir dos eixos priorizados pelo projeto, (PROJETO CIDADES DO CEARÁ, 2011). Destacam-se entre os investimentos já realizados o Hospital Regional do Cariri (Juazeiro do Norte), a Central de Abastecimento do Cariri (Barbalha) e o Centro de Convenções (Crato) - este último em fase de conclusão na data do presente estudo.

Os investimentos do governo federal, particularmente a Ferrovia Transnordestina, podem contribuir de forma positiva na economia do Cariri. Conforme Justo (2010), a obra unirá as três pontas mortas do sistema ferroviário do Nordeste – Missão Velha/CE, Salgueiro/PE e Petrolina/PE. Além disso, integrará o sistema hidroviário do São Francisco, o sistema rodoviário sertanejo e o sistema ferroviário já existente, tornando mais eficiente a logística do transporte de cargas e proporcionando incentivos para a produção agrícola e mineral. Ligará os portos de Suape (PE) e Pecém (CE) a regiões como o sudeste do Piauí, sul do Maranhão e oeste da Bahia, ligando-a ao moderno agronegócio do cerrado nordestino.

Como uma última observação, aponta-se que a RMC encontra-se distante de um real processo de efetivação do ponto de vista de sua gestão metropolitana. Isto porque a sua dinâmica socioespacial não corresponde a uma política estadual de efetivação de regiões metropolitanas, mais formal do que concreta. Muito embora a sua dinâmica socioespacial já revele características de natureza metropolitana, como um movimento de migração pendular e oferta diversificada de serviços. Sua institucionalização antecede ao fato metropolitano. Ademais, pouco ou nada se avançou no que se refere ao planejamento, organização e execução públicas de interesse comum, visto que os instrumentos para isso não saíram do papel. A exceção seria o Projeto Cidades do Ceará, criado antes mesmo da própria instituição da RMC e que representa apenas um conjunto de projetos em comparação com uma estrutura de planejamento para um processo de desenvolvimento integrado, como previsto na lei de criação da RMC.

Até mesmo a sua lei de criação precisaria ser revista, pois não contempla os instrumentos relatados na literatura sobre a gestão de regiões metropolitanas. Existe um consenso na literatura sobre gestão metropolitana que aponta para os elementos fundamentais que uma RM deve constituir para que seja efetivo o seu funcionamento: Conselho Metropolitano; Agência Metropolitana; Fundo Metropolitano; e Assembleia Metropolitana. Acrescentamos as figuras do Consórcio Metropolitano e dos Convênios como instrumentos importantes na coordenação intergovernamental. No entanto, estes são apenas instrumentos auxiliares na organização de processos cooperativos. Estes mecanismos são frágeis diante da

complexidade e dimensão dos problemas metropolitanos sendo necessária a instituição de um marco legal que regule a questão metropolitana em nível federal. Pois, a questão metropolitana está diretamente relacionada com o processo de desenvolvimento nacional.

DISPERSÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS E A ESPACIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO

Para análise da dispersão produtiva e especialização dos serviços foram utilizados dados de emprego do MTE, visto não existirem informações referentes a valor adicionado para o período 2000 a 2010. Para análise dos serviços foi utilizada a classificação CNAE 95 (seção), para uma comparação entre 2000 e 2010. Todavia, esta classificação não permite desagregar os serviços de forma suficiente para a análise requerida neste artigo, o que é somente possível com a classificação CNAE 2.0, no nível de seção. No entanto, esta última está disponível apenas para o período de 2006 a 2010, que utilizamos para ter uma ideia do comportamento dos serviços especializados, em termos de concentração espacial nas duas regiões metropolitanas. Foram selecionados seis setores de serviços para análise, especificamente aqueles mais relacionados com atividades produtivas: 1) transporte, armazenagem e correio; 2) informação e comunicação; 3) atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; 4) atividades imobiliárias; 5) atividades profissionais, científicas e técnicas; e 6) atividades administrativas e serviços complementares. Como estas atividades geram basicamente empregos formais, os dados da RAIS mostram-se satisfatórios como *proxy* da importância econômica dos setores estudados para os propósitos deste estudo.

Antes de analisarmos diretamente o processo de dispersão produtiva e de centralização de serviços especializados no Ceará faremos uma rápida exposição sobre o processo de desconcentração concentrada no estado. Para tanto, foram utilizadas informações do PIB municipal, em termos de valor adicionado, medido a preços constantes de 2000, conforme fonte do IBGE, divulgada pelo Ipeadata.

AS REGIÕES METROPOLITANAS E A DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA

A primeira constatação, observada a partir do PIB, refere-se à desconcentração estadual, tanto em termos de participação quanto em termos de tendência no que se refere à relação RMF-RMC-Ceará. Observamos que a taxa média anual de crescimento do PIB foi mais elevada para a RMC (4,1%), em relação RMF (3,5%) e, ainda, em relação ao estado (3,4%). Todavia, esta tendência apresenta concentração em favor da RMF na sua relação com o estado, dado que a taxa média anual de crescimento é maior para primeira, mas inferior a da RMC, caracterizando inicialmente por um processo de desconcentração concentrada.

Na década de 2000, como a tendência sugere, ocorreu uma desconcentração concentrada. A região economicamente mais densa (RMF) teve a sua participação elevada, ainda que de forma bastante modesta, no PIB estadual - de 65,3% para 65,9%. No entanto, observou-se desconcentração de Fortaleza em relação a sua região metropolitana (49,3% para 48,4%). Por sua vez, a RMC aumentou participação no PIB cearense (4,5% para 4,8%). Muito

embora no interior da RMC a cidade de Juazeiro do Norte tenha atuado como polo concentrador aumentando participação no PIB da sua região metropolitana (46,2% para 50,1%). De qualquer forma, continua expressiva a macrocefalia econômica e urbana no estado. A diferença, em termos de PIB da RMC, o 2º polo industrial mais importante do Ceará, é de mais 13 vezes em relação ao 1º polo, a RMF.

Vale observar também que no caso da RMF, constituída por 15 municípios, somente a cidade de Fortaleza concentrava, em 2000, 75,5%, e em 2010, 73,4%, do PIB daquela. Portanto, observa-se uma tendência de desconcentração intrarregião metropolitana. No caso da RMC, a tendência é de maior polarização do município de Juazeiro do Norte, como sugerem os dados do parágrafo anterior, visto sua dinâmica socioespacial de metrópole em formação. Embora não exista ainda uma clara correspondência entre esta dinâmica e a sua institucionalização no que tange a uma efetiva gestão metropolitana.

O processo de desconcentração concentrada apresenta-se mais complexo em termos populacionais. Entre 2000 e 2010, a participação da RMF na população total do estado aumentou de 41,1% para 42,8%. O município de Fortaleza sustentou a sua participação em 29,0% em relação à população total do estado. No entanto, observou-se desconcentração populacional de Fortaleza em relação a sua região metropolitana (70,1% para 67,8%). Por seu turno, a RMC manteve sua participação na população total do estado em 6,7% no período considerado. Em termos da dinâmica populacional da RMC, confirma-se a tendência de concentração do município de Juazeiro do Norte pela sua taxa média anual de crescimento (1,7%), acima da própria RMC (1,3%) e do estado (1,3%). Ou seja, enquanto se observa desconcentração populacional em relação ao interior da RMF, observa-se concentração no principal polo da RMC.

De qualquer forma, a concentração econômica e populacional no estado ainda é bastante forte, visto que em duas das três regiões mais importantes, já que Sobral e seu entorno não estão considerados neste estudo, estão concentrados 50,0% da população e 71,0% de todo o PIB do estado. Esta concentração torna-se mais evidente quando observamos a distância entre as duas regiões metropolitanas: a RMF concentra 43,0% da população e 66,0% do PIB do estado; a RMC apenas 6,7% da população e 4,8% dele. Desagregando até a escala do município, observamos que 15 municípios de um total de 184 se apropriam de 66,0% do PIB. No caso da RMC, constituída por 9 municípios, somente Juazeiro do Norte concentra 50,0% do PIB da sua região metropolitana.

Percebidos os contornos do processo de desconcentração concentradora, passamos a observar a dispersão da produção seguida pela análise do comportamento dos serviços especializados.

DISPERSÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Em estudo anterior, concluímos que há dois movimentos bastante nítidos na rede urbana do Ceará no período de 1978 a 2007. No primeiro movimento, que contempla o período de 1978 a 1993, observa-se aumento na centralidade e nas interações espaciais dos níveis intermediários da hierarquia urbana. O segundo movimento, referente ao período de 1993 a 2007, é representado pela inserção do Ceará nas novas formas de exploração da

diversidade territorial resultantes da transformação do regime de acumulação capitalista em nível mundial¹⁶. As implicações dessa inserção na forma e função da rede urbana estão relacionadas à permanência e/ou reforço das polarizações tradicionais: 1) metrópole, por se beneficiar mais diretamente do processo de mundialização da economia; e 2) especialização crescente de cidades intermediárias¹⁷.

A expressão deste último processo no Ceará reflete-se na ampliação das interações espaciais de Fortaleza, diretamente com cidades antes subordinadas a outros centros e na crescente especialização de cidades intermediárias (Juazeiro do Norte, Crato e Sobral, calçados para exportação), como pode ser observado nas FIGURAS 1 e 2¹⁸. Mas esse movimento tem envolvido também centros de zona, a exemplo das cidades situadas nos vales úmidos do Jaguaribe e Acaraú (fruticultura de exportação), nas regiões serranas de Baturité e Meruoca (flores para exportação) e cidades como Aracati e Camocim (turismo) – processo que tem contribuído para elevar o PIB *per capita* estadual. Entre 2000 e 2008, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o PIB *per capita* do Ceará aumentou de R\$ 3.042,00 para R\$ 7.112,00.

As implicações desse segundo movimento acima referido estão tornando mais complexa a rede de cidades cearenses, visto que uma nova dinâmica tem caracterizado uma parte das cidades de menor nível na hierarquia urbana. Esta dinâmica tem como especificidades a importância de algumas espacialidades localizadas em níveis mais baixos da hierarquia ganharam no processo de desconcentração econômica, em contraste com a manutenção e ampliação dos centros tradicionais, e a crescente polarização de Fortaleza. Portanto, um processo de desconcentração concentrada fundamentado nos centros tradicionais, em pontos de exceção como Jaguaribe, Acaraú, Baturité e Meruoca ou, ainda, em pontos situados nas proximidades da RMF, como Camocim, o que ilustra bem o caráter seletivo deste movimento.

Analisando especificamente as duas regiões metropolitanas, podemos observar que há uma desconcentração produtiva relacionada à RMF em relação ao estado, mas há uma concentração nos centros tradicionais, no caso específico, do polo Juazeiro do Norte em relação a RMC.

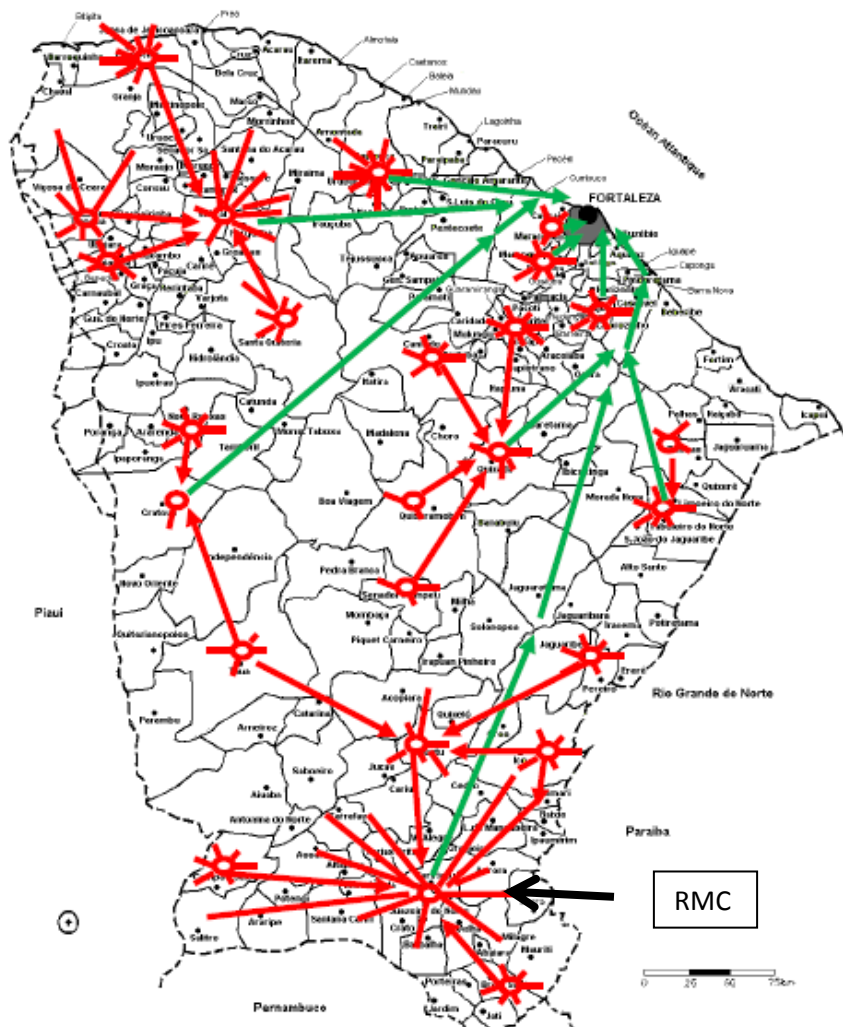
Analisando os dados da indústria de transformação, observamos forte desconcentração no estoque de empregos tanto na relação capital/RMF como na relação RMF/Ceará, o que reflete tanto o espraiamento da indústria para os demais municípios da RMF como sua dispersão para outras localizações no estado, especificamente nos polos tradicionais, a exemplo de Juazeiro do Norte e Sobral. Isso pode ser confirmado pela queda tanto no estoque de emprego total da relação capital/RMF, de 82,6% para 78,7%, no período de 2000 a 2010, quanto da redução na participação da relação RMF/Ceará, de 72,5% para 69,6%. A Tabela 1 mostra, também, as respectivas relações nos demais setores, conforme classificação da CNAE 95.

¹⁶Para uma discussão dos impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008), ver Macedo (2010).

¹⁷Egler (2001) mostra que esses processos são decorrentes da consolidação de cadeias produtivas transfronteiriças que fazem emergir uma nova formação territorial denominada por ele de Formação Territorial Urbano-financeira Supranacional. No Brasil, a partir de 1991-95, a orientação da atividade produtiva passou a responder de forma bastante significativa a uma estrutura de mercado que não está mais restrita às dimensões do território nacional.

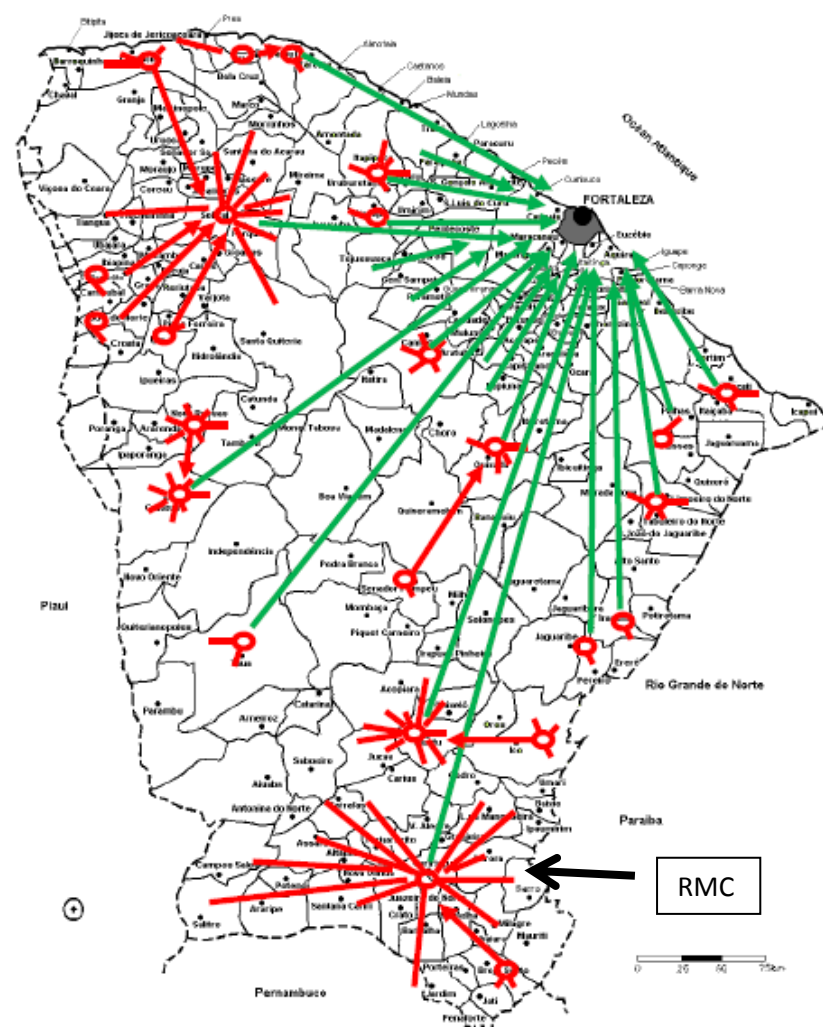
¹⁸As figuras 1 e 2, não têm como objetivo mostrar os níveis de centralidade na hierarquia urbana nem todas as interações espaciais na rede urbana do Ceará. Mas, de forma estilizada, dar uma ideia das mudanças de direção dessas interações no período.

Figura 1 – Interações Espaciais – 1993



Fonte: Construída a partir de REGIÕES... (2000).

Figura 2: Interações Espaciais – 2007



Fonte: Construída a partir de REGIÕES... (2008).

Tabela 1 – Setores de atividades e relações Capital/RMF e RMF/Ceará – 2000 E 2010

Setor	2000	2010	2000	2010
	Fort/R MF	Fort/R MF	RMF/C E	RMF/C E
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	50,8	26,1	59,1	33,6
Pesca	98,1	27,3	38,1	9,3
Indústrias extrativas	37,5	20,9	32,1	48,0
Indústrias de transformação	62,1	49,2	72,6	69,7
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	88,8	86,5	57,9	62,4
Construção	92,5	86,7	85,5	88,4
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	92,3	87,2	77,1	72,1
Alojamento e alimentação	92,4	90,6	89,1	84,7
Transporte, armazenagem e comunicações	92,5	85,2	87,6	90,1
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	96,5	94,3	85,1	82,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	71,1	85,3	87,9	95,8
Administração pública, defesa e seguridade social	88,6	81,5	61,1	49,7
Educação	93,8	94,7	75,8	79,9
Saúde e serviços sociais	94,6	92,3	72,3	72,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	94,6	89,1	77,1	81,0
Serviços domésticos	79,5	71,0	60,0	52,5
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	100,0	100,0	33,3	66,7
% no total do estoque de emprego	82,6	78,7	72,5	69,6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Ainda, na Tabela 1, destacamos, por outro lado, alguns dados que mostram a dialética do reforço da RMF: em um sentido a dispersão produtiva e, no que tange aos serviços especializados, a polarização, reforçando conclusões anteriormente mencionadas. Mesmo em nível agregado e, relacionado ao do estoque de emprego do total de setores, já podemos observar que os serviços de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas apresentaram tanto aumento de concentração na relação capital/RMF, quanto na relação RMF/Ceará, de 71,1% para 85,3% e de 87,9% para 95,8%, respectivamente. A dispersão produtiva também deve ser relativizada, visto o aumento na participação nas indústrias extrativas (32,1% para 48,0%) e no setor de construção (85,5% para 88,4%). No caso dos serviços, a polarização também contempla os serviços de utilidade pública que tiveram aumentados sua participação na relação RMF/Ceará, 85,5% para 88,4%. Educação, outros serviços coletivos, sociais e pessoais também ficaram mais concentrados na RMF.

No caso da RMC, para período de 2000 a 2010, registra-se maior concentração do estoque de empregos da indústria de transformação em Juazeiro do Norte, bem como maior participação da RMC em relação ao estado: Juazeiro do Norte elevou sua participação em relação ao estoque de emprego industrial da RMC (49,1% para 56,0%); e esta, por sua vez, elevou sua participação no estoque de emprego industrial do Ceará (6,8% para 7,4%). Estes dados revelam um processo de desconcentração produtiva no Ceará, dado que a RMC aumentou sua participação em relação ao estado, de 5,1% para 5,4% no estoque total de emprego, e um processo de concentração na RMC, dado o aumento na participação de Juazeiro do Norte de 49,7% para 54,0%. De forma geral, Juazeiro do Norte elevou sua

participação na RMC em praticamente todos os setores, a exceção do setor de construção. A Tabela 2 mostra, também, as relações Juazeiro do Norte/RMC e RMC/Ceará para os demais setores, de acordo com a classificação CNAE 95, no nível de seção.

Tabela 2 – Setores de atividades e relações Juazeiro do Norte/RMC e RMC/Ceará – 2000 E 2010

Setor	2000	2010	2000	2010
	Jua/RMC	Jua/RMC	RMC/CE	RMC/CE
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	28,0	1,0	0,8	2,6
Indústrias de transformação	49,1	56,0	6,8	7,4
Construção	62,8	61,5	3,4	3,7
Transporte, armazenagem e comunicações	66,9	67,1	3,7	3,8
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	56,4	57,0	3,6	3,7
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	43,7	61,7	1,1	1,5
% no total do estoque de emprego	49,7	54,0	5,1	5,5

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

A ESPECIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Neste subitem utilizaremos dados da RAIS, de acordo com a classificação CNAE 2.0, ao nível de seção, para desagregar informações referentes aos serviços mais diretamente relacionados com o setor produtivo e o capital financeiro-imobiliário. Temos como limitação a disponibilidade de um intervalo menor de tempo, que cobre apenas o período de 2006 a 2010, mas que se mostrou suficiente para a análise aqui pretendida.

Começamos por considerar a participação de alguns setores de serviços no estoque total de trabalho do estado. Entre 2006 e 2010, os serviços de informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades administrativas e serviços complementares apresentaram maior concentração na relação capital/RMF, enquanto a participação de Fortaleza no estoque total de empregos do estado apresentava queda de 78,4% para 76,5%. Ao mesmo tempo, nos setores acima referidos e em mais alguns outros relacionados, também presenciamos aumento da concentração na relação RMF/Ceará. Nos serviços de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, a relação aumentou de 81,3% para 83,3%. No de atividades administrativas e serviços complementares, de 94,5% para 99,6%. No de atividades profissionais, científicas e técnicas, de 84,6% para 88,4%. É importante considerar também que os serviços mais sofisticados impulsionam uma série de outros serviços pessoais e sociais. E, neste sentido, ainda que não seja objeto deste estudo, verificamos maior concentração na relação RMF/Ceará nos seguintes setores: educação; administração pública, defesa e seguridade social; saúde humana e serviços sociais; artes, cultura, esporte e recreação; e outras atividades de serviços. De forma geral, registrou-se elevação da concentração do estoque de empregos da RMF em relação ao estado no período considerado (67,4% para 71,3%), o que sugere um processo de reconcentração para este período, pelo menos em termos do estoque de empregos.

Quando consideramos somente os serviços selecionados, torna-se mais evidente a sua maior concentração, tanto na relação capital/RMF quanto na relação RMF/Ceará, como pode

ser verificado na Tabela 3. Entre 2006 e 2010, respectivamente, 80,4% para 84,2%, e de 91,9% para 95,7%. Destacamos o setor de serviços administrativos e serviços complementares que teve elevada sua concentração nas duas relações acima especificadas. Cabe observar, na referida tabela, que o único tipo de serviço que registrou desconcentração do estoque de trabalho na relação RMF/Ceará foi o de atividades imobiliárias - questão específica que não será tratada aqui, mas que merece pesquisa futura. Mas, podemos apontar alguns fatores responsáveis pelo fenômeno, tais como: o aumento da renda possibilitado pelas políticas sociais, maior acesso ao crédito, interiorização do ensino superior, programas de habitação do governo.

Tabela 3 – Setores de atividades e relações capital/RMF e RMF/Ceará – 2006 e 2010

Setor	2006	2010	2006	2010
	Fort/RMF	Fort/RMF	RMF/CE	RMF/CE
Transporte, armazenagem e correio	86,0	81,4	91,0	93,1
Informação e comunicação	95,3	96,4	92,0	92,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	95,0	91,3	81,9	83,3
Atividades imobiliárias	99,3	96,9	97,3	93,7
Atividades profissionais, científicas e técnicas	92,0	89,3	84,6	88,4
Atividades administrativas e serviços complementares	73,2	82,0	94,5	99,6
% total serviços selecionados	80,4	84,2	91,9	95,7
% total estoque de trabalho	78,4	76,8	67,4	71,3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Considerando a RMC, em termos de serviços selecionados, começamos por confirmar o processo de concentração de serviços especializados na capital e na RMF, visto que a participação da RMC no estoque de empregos, em relação ao Ceará, manteve-se basicamente no nível de 2,0%, no período considerado. No entanto, isto não significa aumento da participação da RMC, se consideramos o estoque total de empregos do estado, como anteriormente mostrado. Os dois únicos serviços que conseguiram elevar sua participação relativa em relação ao Ceará foram transporte, armazenagem e correio (3,7% para 4,0%) e atividades imobiliárias (1,1% para 2,2%). Os demais setores ou mantiveram sua pequena participação, ou registraram queda de participação, a exemplo dos serviços de informação e comunicação, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Setores de atividades e relações juazeiro do norte/RMC e RMC/Ceará – 2006 e 2010

Setor	2006	2010	2006	2010
	Jua/RMC	Jua/RMC	RMC/CE	RMC/CE
Transporte, armazenagem e correio	83,3	67,6	3,7	4,0
Informação e comunicação	77,6	77,3	2,2	2,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	54,6	57,0	3,5	3,6
Atividades imobiliárias	70,8	41,8	1,1	2,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	47,2	49,3	4,5	3,8
Atividades administrativas e serviços complementares	73,2	75,0	0,9	1,0
%total serviços selecionados	71,0	65,9	2,0	2,1
%total estoque total de emprego	51,4	54,0	5,1	5,5

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Na Tabela 4, chama a atenção também a redução da participação no conjunto de serviços selecionados de Juazeiro do Norte em relação à RMC. Esta queda foi resultado da elevada redução no estoque de emprego nos serviços de atividades imobiliárias, de 70,8% para 41,8%, acompanhada pela redução na participação dos serviços de transporte, armazenagem e correio, de 83,3% para 67,6%. Informação que precisa ser tratada em estudo considerando principalmente os serviços de atividades imobiliárias. Para os propósitos deste artigo, basta observar que nos demais serviços, mais relacionados com o novo regime de acumulação de capital, Juazeiro do Norte ou manteve sua participação com relação à RMC, a exemplo dos serviços de informação e comunicação, ou teve aumentada a sua participação, a exemplo dos serviços de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades profissionais, científicas e técnicas e atividades administrativas complementares, como pode ser verificado na Tabela 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos este artigo com a afirmação de que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia. De fato, verifica-se um quadro de avanço do processo socioespacial de metropolização, ou seja, uma transcendência das características metropolitanas a todo o espaço. Muito embora exista no Brasil uma clara distância entre as dinâmicas socioespaciais e o processo de institucionalização e gestão de RM's, principalmente após a Constituição Federal de 1988. Analisamos neste artigo os processos de dispersão produtiva e de concentração de serviços especializados no Ceará, a partir da escala metropolitana constituída pelas regiões de Fortaleza e do Cariri. Vimos que uma nova espacialidade muito mais complexa e caracterizada por novas formas de concentração urbana e novos padrões espaciais articula diferentes escalas, reforça polarizações e gera novas centralidades, marcando a urbanização brasileira e cearense da primeira década do século XXI.

Destacamos que nas últimas décadas do século XX registraram-se mudanças no paradigma dominante (técnico-econômico-produtivo-social), a partir do desenvolvimento tecnológico integrado dos setores de transportes, comunicação e eletrônica. Mudanças que marcam o que há de novidade na expansão das atividades de serviços de apoio à produção, através do aparecimento daqueles com elevado conteúdo informacional, os quais permitem uma hipermobilidade para o capital, que tem alterado a geografia econômica, em diferentes níveis escalares. Desse modo, fica evidente que na contemporaneidade a dimensão territorial configura-se em um dos vetores privilegiados da acumulação de capital e representa o mecanismo que permite ao capitalismo se metamorfosear, continuar se expandindo e superar os limites atingidos no último quartel do século XX. Neste contexto, as metrópoles funcionam como os aceleradores dos fluxos e ritmos através de novas configurações logísticas, estruturas de atividades e estratégias de localização.

A partir das últimas décadas do século XX, são observadas mudanças na organização física, funcional e espacial das metrópoles. Paralelamente à dispersão das atividades produtivas, o ramo de prestação de serviços para empresas e do capital financeiro-imobiliário ganham dimensão nova e importante peso econômico, requerendo localização aglomerada nas grandes cidades.

A inserção do Ceará nas novas formas de exploração da diversidade territorial, resultantes da transformação do regime de acumulação capitalista em nível mundial, tem como resultado uma nova dinâmica espacial no estado. Esta dinâmica tem como especificidades a importância de algumas espacialidades localizadas em níveis mais baixos da hierarquia no processo de desconcentração econômica, em contraste com a manutenção e ampliação dos centros tradicionais, e a crescente polarização de Fortaleza. Portanto, um processo de desconcentração concentrada que é fundamentado nos centros tradicionais, em pontos de exceção como Jaguaribe, Acaraú, Baturité e Meruoca ou, ainda, naqueles situados nas proximidades da RMF, como Camocim.

Analisando os dados da indústria de transformação, observamos forte desconcentração no estoque de empregos, tanto na relação capital/RMF, como na relação RMF/Ceará, o que reflete tanto o espraiamento da indústria para outros municípios da RMF, como sua dispersão para outras localizações no estado, especificamente nos polos tradicionais, a exemplo de Juazeiro do Norte e Sobral. Por outro lado, os serviços de informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades administrativas e serviços complementares apresentaram maior concentração na relação capital/RMF, enquanto a participação de Fortaleza no estoque total de empregos do estado apresentava queda de 78,4% para 76,5%. Ao mesmo tempo, nos setores acima referidos e em mais alguns outros relacionados, também presenciamos aumento da concentração na relação RMF/Ceará e da RMF/RMC.

No caso da RMC, constatamos processo de concentração produtiva na relação Juazeiro do Norte/RMC. No caso dos serviços especializados, o conjunto de dados aponta para um processo de desconcentração. No entanto, observando os serviços separadamente, Juazeiro do Norte ou manteve sua participação com relação à RMC, a exemplo dos serviços de informação e comunicação, ou teve aumentada a sua participação, a exemplo dos serviços de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades profissionais, científicas e técnicas e atividades administrativas complementares. A desconcentração registrada foi resultado de uma elevada redução no estoque de emprego nos serviços de atividades imobiliárias, de 70,8% para 41,8%, acompanhada pela redução na participação dos serviços de transporte, armazenagem e correio, de 83,3% para 67,6%. A princípio se pode especular que estas reduções estejam relacionadas as obras do PAC que têm como principais beneficiários outros municípios da região, mas esta informação precisa ser tratada em estudo específico, considerando principalmente os serviços de atividades imobiliárias para verificar a especificidade desta questão.

Este trabalho revela que com as novas formas de exploração da diversidade territorial (dispersão produtiva e concentração de serviços), a dimensão territorial configura-se mais do que nunca em um dos vetores privilegiados da acumulação de capital. No entanto, embora o espaço seja complexificado, a natureza do subdesenvolvimento continua preponderante: um extremo dualismo econômico e social, derivados agora de um processo de desconcentração produtiva associado a concentração de serviços especializados. Verificamos uma dispersão produtiva no interior da própria RMF, desta em relação ao estado, e um aumento da participação da RMC em relação ao estado. No caso dos serviços, no que tange aos serviços especializados, constatamos uma polarização de Fortaleza em relação a sua RM, desta em relação ao estado e, especificamente, em relação à RMC.

REFERÊNCIAS

- ALESSANDRI CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- BACON, R.; ELTIS, W. **Britain's economic problem: too few producers**. London: Macmillan Press, 1976.
- BAUMOL, W. J. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. **American Economic Review**, v. 57, n. 3, 1967.
- BELL, D. **The Coming of Post-Industrial Society: a venture in social forecasting**. New York: Basic Books, 1973.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Volume I)
- CEARÁ. **Lei Complementar Nº 78**. Diário Oficial do Estado do Ceará. Promulgada em 26 de junho de 2009. Série 3, a. 1, n. 121.
- CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London, 1940.
- CLEMENTE, A; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- COMUNICADOS DO IPEA. **Desafios contemporâneos na gestão das Regiões Metropolitanas**. Brasília, n. 116, 13 out. 2011.
- CORRÊA, R. L. **Estudo sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DAVANZO, Aurea Maria Queiroz et al. Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves (Org). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.
- DELGADO, A. P. Serviços e desenvolvimento regional. In: COSTA, José da Silva (Coord). **Compêndio de economia regional**. 2.ed. Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR, 2005.
- EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- FISCHER, A. G. B. Production, primary, secondary and tertiary. **Economic Record**, June, 1939.

GERSHUNY, J. I. **After industrial society?** The emerging self-service economy. London: MacMillan Press, 1978.

_____; MILES, I. **The new servisse economy:** the transformation of employment in industrial societies. London: Frances Printer, 1983.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010.

KATOUZIAN, M. A. The Development of the Service Sector: A New Approach. **Oxford Economic Papers**, v. 22, 1970.

KON, A. **Economia de serviços:** teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Transformações ocupacionais na nova economia de serviços. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLITICA, II. **Anais...** São Paulo, 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território:** impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008). 2010. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

MARSHALL, J. N; WOOD, P.A. **Services & Space:** key aspects of urban and regional development. Longman Scientific & Technical Publishers, 1995.

MORAIS, J. M. L; MACEDO, F. C. de. Apontamentos sobre a rede urbana do Ceará: níveis de centralidade, interações espaciais e dinâmica econômica. **Informe Gepec.** Toledo, v. 18, n. 1, p. 43-60, jan./jun. 2014.

NASCIMENTO, D. C. do, *et al.* Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional Sustentável: Análise da Necessidade de Mecanismos de Gestão Na Região Metropolitana do Cariri – Ceará. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, 2012.

NUSBAUMER, J. **Lesservices:** nouvelle donne de l'economie. Paris: Economica, 1984.

PEQUENO, R. Análise Sócio-ocupacional da Estrutura Intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. **Mercator**, a. 07, n. 13, 2008.

PROJETO CIDADES DO CEARÁ. **Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri Central.** Fortaleza: abr. 2008. Disponível em: <Disponível em <www.cidades.ce.gov.br >. Acesso em jan. 2013.

REGIÕES de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Ed. da USP, 2005.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VELTZ, P. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, Henri (Org). **A duração das cidades**: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

WALKER, R. A. Is There a Service Economy? The changing capitalist division of labor. **Science and Society**, v. 49, n. 1, Spring 1985.

Artigo recebido em: 10/04/2014

Artigo aprovado em: 22/08/2014